



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE SALVADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva**, e o **MUNICÍPIO DE SALVADOR**, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ nº 13.927801/0001 49, com sede na Praça Municipal, s/n, Palácio Thomé de Souza, Centro, Salvador- Ba e a Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ nº 13.927801/000006 53, com sede à Rua Parque Solar de Boa Vista de Brotas, Engenho Velho da Federação CEP.:40.240.640, Salvador- Ba, neste ato representados pelo Prefeito **Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto** e pelo Secretário Municipal de Educação, **Jorge Khoury Hedaye**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convênientes, para o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia e cumprir o preceituado nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, as quais exigem a presença do profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização, subscrição dos relatórios de inspeção das unidades de acolhimento e congêneres e dos centros de atendimento socioeducativos, bem como nas demais áreas específicas que demandem medidas extrajudiciais em educação.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O servidor do Município do Salvador cedido por este convênio deverá desempenhar atividades no exercício do seu próprio cargo, conforme dispõe art. 10 da Lei Complementar nº 36/04.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

Pelo MUNICÍPIO de SALVADOR-BA:

- Colocar à disposição 01 (um) servidor do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Salvador, formado em pedagogia, para prestar serviços pedagógicos da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia, notadamente no que se refere às fiscalizações das unidades de acolhimento institucional e das unidades de medidas socioeducativas, incluindo a elaboração de relatórios de inspeção dos referidos estabelecimentos, tendo em vista o quanto disposto nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, que exigem a presença de profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização e subscrição dos relatórios de inspeção dos abrigos e dos centros de atendimento.

Pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

- Manter, ainda que por substituição, providas as vagas de sua representação no Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia.
- Promover, no âmbito das Promotorias de Infância e Juventude, a execução das atividades inerentes às funções institucional e constitucional do Ministério Público.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os custos operacionais referentes ao objeto deste Convênio serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias:

#### MINISTÉRIO PÚBLICO:

- a) se compatível, a gratificação pelo Exercício Funcional em Regime; de Tempo integral e Dedicção Exclusiva - RTI, ou por Condições Especiais de Trabalho- CET, a ser paga ao servidor mencionado na cláusula anterior, através da atividade nº 2001 - Administração de Pessoal e Encargos;
- b) pagamento de diárias, na eventual necessidade de deslocamento do servidor, para implementação das ações do presente Convênio, através da atividade nº 2000 - Manutenção dos Serviços Técnico e Administrativos;
- c) **concessão de auxílio-alimentação** aos técnicos mencionados na cláusula anterior, sem necessidade de ressarcimento pelo Município de Salvador, através da atividade nº 2013 - "Auxílios Transporte e alimentação aos Servidores e Empregados Públicos".

#### MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA

- a) **concessão de auxílio-transporte** aos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2013 - "Auxílios Transporte e Alimentação aos servidores e Empregados Públicos";



b) Pagamento das demais parcelas referentes aos vencimentos e outras vantagens pessoais dos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2001 - Administração de Pessoal e Encargos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VEDAÇÃO**

É vedada a indicação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito Municipal e respectivos Secretários Municipais, para a vaga a que se refere este Termo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

As obrigações ora assumidas não acarretam qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

Este acordo terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

As adições ou variações em qualquer cláusula, para modificar total ou parcialmente este Convênio, exceto quanto ao seu objeto, serão formalizadas, mediante consentimento mútuo, através de Termos Aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado a qualquer tempo, sendo, na segunda hipótese, obrigatória a comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Poderá, ainda, ser rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, ou quando houver fato ou disposição legal que o torne material ou formalmente inexecutável.



## **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE**


O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia.


## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, 14 de Março de 2014.

  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DA BAHIA**  
**Wellington César Lima e Silva**  
Procurador-Geral de Justiça

  
**MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA**  
**Antônio Carlos Peixoto de  
Magalhães Neto**  
Prefeito

  
**MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA**  
**Jorge Khoury Hedaya**  
Secretário Municipal de Educação

1ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2ª Testemunha

NOME: Luiz Antonio G. S. G. Jr

CPF nº \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

### Adesão de Voluntários

Nome	Lotação	Início	Término
Carolina Magalhães Damasceno	Ipirá	24/03/2014	23/03/2015
Alessa Jambeiro Vilas Boas	Salvador	27/03/2014	26/03/2015
Layla Marcela S. Reis Cerqueira	Salvador	25/03/2014	24/03/2015
Marcos Fabrício V. do N. Andrade	Salvador	25/03/2014	24/03/2015

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**GABINETE**

## RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Processo: 003.0.243829/2013

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Salvador- Ba.

Objeto: estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia e cumprir o preceituado nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, as quais exigem a presença do profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização, subscrição dos relatórios de inspeção das unidades de acolhimento e congêneres e dos centros de atendimento socioeducativos, bem como nas demais áreas específicas que demandem medidas extrajudiciais em educação.

Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data desta publicação.

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

<b>LICENÇAS DEFERIDAS</b>						
<b>MAT.</b>	<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>ART. LEI 6.677/94</b>	<b>QT. DIAS DEFERIDOS</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>FÉRMINO</b>	<b>QUINQUÊNIO</b>
[REDACTED]	GESIEL SILVA SANTOS	103	5	28-02-2014	01-03-2014	—
[REDACTED]	FABIO HENRIQUE ARALJO MELO	103	5	23-02-2014	27-02-2014	—
[REDACTED]	CLAUDENIR FRANCISCO SIMAS	103	5	04-02-2014	08-02-2014	—
[REDACTED]	ERICK VINICIUS ALVES DE ALMEIDA	103	5	06-03-2014	10-03-2014	—
[REDACTED]	BRUNO GUIMARAES SOUSA	113, III, a	5	22-02-2014	01-03-2014	—
[REDACTED]	MARCIO PAULO CORREIRA LIMA SANTOS	113, III, b	5	27-02-2014	06-03-2014	—

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 21 de março de 2014.

PROCESSOS INDEFERIDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

003.0.127801/2011 ROMILSON JOSE SANTOS DE ALMEIDA. Pagamento de adicional por serviço extraordinário e por serviço noturno.

0003.0.103617/2011 - MARCUS VINICIUS NOVAES DE OLIVEIRA. Pagamento de adicional por serviço extraordinário e por serviço noturno.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

## AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Procedimento nº 003.0.36857/2014 - A Coordenação de Licitação do Ministério Público do Estado da Bahia torna público, para conhecimento dos interessados, que o PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 - Objeto: aquisição de espelhos - restou DESERTO. Salvador-BA, 21/03/2014. Monica Fabiane da Silva Sobrinho - Pregoeira Oficial.

## AVISO DE LICITAÇÃO REMARCADA

Procimento nº 003.0.36857/2014 – Pregão Presencial nº 007/2014 – Objeto: aquisição de espelhos. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/04/2014 às 09h30min. Obs.: O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos no site: [www.mpba.mp.br/licitacoes/pp.asp](http://www.mpba.mp.br/licitacoes/pp.asp) módulo "Licitações do Ministério Público" Informações com a Coordenação de Licitação pelo telefax (71) 3103-0112/0225 Salvador-BA, 21/03/2014. Monica Fabiane da Silva Sobrinho - Pregoeira Oficial.





fixados em ato de Secretário Municipal da Fazenda ensejará a cobrança de valor total, quando houver sido estabelecida redução.

### SEÇÃO III Das Disposições Especiais

Art. 12. Nas hipóteses de enquadramento na estimativa em caráter individual a contribuinte poderá impugnar ou recorrer do valor estimado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência da Notificação de Lançamento, na forma e condições estabelecidas em ato de Secretário Municipal da Fazenda.

Parágrafo único. Considera-se de caráter individual a estimativa fixada previamente por prazo definido, com base em elementos apurados junta ao contribuinte.

Art. 13. A impugnação ou recurso contra o enquadramento na regime de estimativa não suspende a exigibilidade do crédito tributário, devendo ser recolhido o valor que a contribuinte reputar devido.

§ 1º Na hipótese de indeferimento parcial ou total da impugnação, a contribuinte deverá recolher a diferença de valor do imposto no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência da decisão.

§ 2º O não pagamento do imposto no prazo de § 1º ensejará a sua inscrição em Dívida Ativa, sem prejuízo de outras sanções, caso o contribuinte seja submetido à ação fiscal.

### CAPÍTULO II Das Disposições Finais

Art. 14. Estão excluídos do regime de estimativa, os contribuintes enquadrados como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, salvo na que se referir ao cumprimento de obrigações acessórias, em especial a emissão de documento fiscal determinada pela Administração Tributária.

Art. 15. A Secretaria Municipal da Fazenda estabelecerá, por intermédio de Instrução Normativa, procedimentos e orientações necessários à aplicação deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 13.611 de 13 de maio de 2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**  
Prefeito

**JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO**  
Chefe de Gabinete da Prefeitura

**MAURO RICARDO MACHADO COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETOS SIMPLES

### DECRETOS de 24 de fevereiro de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Nomear **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA PIRES** para exercer a carga em comissão de Secretária de Gabinete, Grau 51, da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza e exonerar, a pedido, de mesma carga, **JOELSON SANTANA DA SILVA**.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo 046/2014 – SMED,

**RESOLVE:**

Colocar a disposição do Ministério Público do Estado da Bahia, nos termos da Convenção de Cooperação Técnica, até 31/12/2014, a servidora **CRISTIANA PINTO NEVES**, matrícula 878190, lotada Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

## GABINETE DO PREFEITO – GABP

Superintendência de Políticas para as Mulheres – SPM

### PORTARIA Nº 10/2014

A SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 12, inciso I, alínea k, da regimento interno da SPM, aprovado pelo Decreto nº 15.537, de 07/03/2005, alterado pelo Decreto nº 18.519, de 03 de julho de 2008 e pelo Decreto nº 19.409, de 18 de março de 2009.

**RESOLVE:**

Designar a servidora **Vânia Lucia Passos Silva**, matrícula nº 109, secretária administrativa, grau 61,

para responder cumulativamente pela Função de Confiança de Chefe do Setor de Gestão de Materiais e Patrimônio, grau 63 de Superintendência de Políticas para as Mulheres, em substituição a titular **Ana Lúcia Nascimento dos Santos**, matrícula 95, na período de 06/03/2014 a 04/04/2014, por motivo de licença prêmio.

GABINETE DA SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, em 24 de fevereiro de 2014.

**MÔNICA MARCIA KALILE PASSOS**  
Superintendente

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGMS

### PORTARIA Nº 015/2014

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Designar, a partir de 06/03/2014, a servidora **CLAUDIONOR ALVES CERQUEIRA**, mat. 495, para substituir **CREUZA DA SILVEIRA CRUZ**, mat. 22898, na função de confiança de Encarregado, grau 61, da CAD/PGMS, durante o afastamento da titular por motivo de férias.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**  
Procuradora-Geral

### PORTARIA Nº 016/2014

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE**

Designar, a partir de 06/03/2014, a servidora **DINALVA CÂNDIDA SANTOS**, mat. 810861, para substituir **MARIA DA ANUNCIACÃO SANTOS SOUZA**, mat. 810840, na função de confiança de chefe de setor de Jurisprudência, Legislação e Publicações Jurídicas, grau 63, desta PGMS, durante o afastamento da titular, por motivo de férias.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**  
Procuradora-Geral

### RETIFICAÇÃO

Na portaria 050/2013 publicada no DOM de 14/09/2013

ONDE SE LÊ: **ELIENE NEVES PAIVA DE OLIVEIRA**

LEIA SE: **ELIENE NEVES PAIVA DE ARAUJO**

## SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ

### PORTARIA Nº 026/2014

República por ter sido Incompleta  
No DOM de 22 e 24/02/2014

Aprova o Reforço de Cota Financeira referente ao mês de fevereiro de 2014 para as órgãos e entidades da PMS.

O Secretário Municipal da Fazenda do Município da Salvador no uso de suas atribuições, com fundamento no Art. 8º da Lei Complementar nº 181 de 04 de Maio de 2000, combinado com o Art. 6º do Decreto 24.734 de 16 de Janeiro de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Aprovar Reforço da Cota Financeira da Gabinete do Vice Prefeito, da SMS e da SUCOP, nas fontes a valores indicados no Anexo I deste Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DO SALVADOR, em 19 de fevereiro de 2014.

**MAURO RICARDO MACHADO COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda



## AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL – AFM

AFM Nº: 2014001043  
PROCESSO Nº: 001093/2013  
EMPRESA: M.G. COM BISTRIBUIDORA E SERV. LTDA - ME  
OBJETO: PAPEL PARA REPRODUÇÃO ALCALINO 756/M2 BRANCO TAMANHO A4 - PAPEL PARA REPRODUÇÃO A4, GRAMATURA 756/M2 ALCALINO, FIBRA LONGITUDINAL, COR BRANCA, TAMANHO 210 X 297 MM, EMBALAGEM PACOTE COM 500 FOLHAS, CONFORME NORMA DA ABNT N-M-ISO A 216:96  
CNPJ/MF: 10.467.477/0001-35  
VALOR TOTAL: R\$ 3.484,00 (TRES MIL QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS)  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 30/2013  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.122.015.2001.3.3.90.30  
PROJETO/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS - LIMPURD  
FONTE: 890  
NOTA DE EMPENHO: 2014/660104  
DATA DA ASSINATURA: 24.02.2014

Salvador, 25 de fevereiro de 2014

**KÁTIA ALVES**  
Presidente da LIMPURB

## SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador - SUCOP

### RESUMO DO CONTRATO ASJUR Nº 010/2014

Processo nº: 1806/2013  
Concorrência nº: 010/2013  
Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-  
CNPJ nº 10.435.089/0001-14  
Contratada: METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-CNPJ/MF nº 07.478.417/0001-03  
Objeto: Execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, dos serviços de manutenção e conservação da infraestrutura urbana do Município de Salvador, correspondente ao LOTE 01 - PREFEITURAS BAIRRO II, V e A, conforme o Termo de Referência.  
Valor Global: R\$27.795.004,21 (vinte e sete milhões, setecentos e cinco mil, seis reais, vinte e um centavos)  
 Dotação Orçamentária: CLASSIF INSTITUCIONAL: 47.60.02 - GERAÇÃO - CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: 15.451.018.1282 e 15.451.018.2279 e 15.451.004.1017 e 15.451.010.1283 - ELEMENTO: 3.3.90.39 - FONTE DO RECURSO: 888 - Tesouro e/ou 042 - Royalties  
Prazo de vigência: 345 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.  
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93  
Data de Assinatura: 21/02/2014  
Assinam: JOSÉ HAMILTON DA SILVA BASTOS - SUCOP  
MAURO DE OLIVEIRA PRATES - METRO

### RESUMO DO CONTRATO ASJUR Nº D11/2014

Processo nº: 1806/2013  
Concorrência nº: 010/2013  
Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-  
CNPJ nº 10.435.089/0001-14  
Contratada: JOTAGÊ ENGENHARIA, COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA-CNPJ/MF sob o nº 14.828.958/0001-80

Objeto: Execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, dos serviços de manutenção e conservação da infraestrutura urbana do Município de Salvador, correspondente ao LOTE 02 - PREFEITURA BAIRRO IV, conforme o Termo de Referência.  
Valor Global: R\$27.793.099,38 (vinte e sete milhões, setecentos e noventa e três mil, noventa e nove reais, trinta e oito centavos)  
 Dotação Orçamentária: CLASSIF INSTITUCIONAL: 47.60.02 - GERAÇÃO - CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: 15.451.018.1282 e 15.451.018.2279 e 15.451.004.1017 e 15.451.018.1283 - ELEMENTO: 3.3.90.39 - FONTE DO RECURSO: 800 - Tesouro e/ou 042 - Royalties  
Prazo de vigência: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.  
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93  
Data de Assinatura: 21/02/2014  
Assinam: JOSÉ HAMILTON DA SILVA BASTOS - SUCOP  
EUGENIO SILVA CARVALHO - JOTAGÊ

### RESUMO DO CONTRATO ASJUR Nº 012/2014

Processo nº: 1804/2013  
Concorrência nº: 010/2013  
Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-  
CNPJ nº 10.435.089/0001-14  
Contratada: CONSTRUTORA BSM LTDA-CNPJ/MF nº 07.324.514.0001-41  
Objeto: Execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, dos serviços de manutenção e conservação da infraestrutura urbana do Município de Salvador, correspondente ao LOTE 03 - PREFEITURAS BAIRRO III, VIII e IX, conforme o Termo de Referência  
Valor Global: R\$27.793.317,00 (vinte e sete milhões, setecentos e noventa e três mil, trezentos e dezesseis reais)  
 Dotação Orçamentária: CLASSIF INSTITUCIONAL: 47.60.02 - GERAÇÃO - CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: 15.451.018.1282 e 15.451.018.2279 e 15.451.004.1017 e 15.451.018.1283 - ELEMENTO: 3.3.90.39 - FONTE DO RECURSO: 008 - Tesouro e/ou 042 - Royalties  
Prazo de vigência: 345 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.  
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93  
Data de Assinatura: 21/02/2014  
Assinam: JOSÉ HAMILTON DA SILVA BASTOS - SUCOP  
BERNARDO CARDOSO ARAÚJO - BSM

### RESUMO DO CONTRATO ASJUR Nº 013/2014

Processo nº: 1806/2013  
Concorrência nº: 010/2013  
Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-  
CNPJ nº 10.435.089/0001-14  
Contratada: ROBLE SERVIÇOS LTDA-CNPJ/MF nº 05.074.949/0001-34  
Objeto: Execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, dos serviços de manutenção e conservação da infraestrutura urbana do Município de Salvador, correspondente ao LOTE 04 - PREFEITURAS BAIRRO I, VI e VII, conforme o Termo de Referência.  
Valor Global: R\$28.309.493,41 (vinte e oito milhões, trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e três reais, sessenta e um centavos)  
 Dotação Orçamentária: CLASSIF INSTITUCIONAL: 47.60.02 - GERAÇÃO - CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: 15.451.018.1282 e 15.451.018.2279 e 15.451.004.1017 e 15.451.018.1283 - ELEMENTO: 3.3.90.39 - FONTE DO RECURSO: 808 - Tesouro e/ou 042 - Royalties  
Prazo de vigência: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.  
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93  
Data de Assinatura: 21/02/2014  
Assinam: JOSÉ HAMILTON DA SILVA BASTOS - SUCOP  
MARCO ANDRÉ QUEIROZ BARRAL - ROBLE

## GABINETE DO PREFEITO – GABP

### RESUMO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE SALVADOR

OBJETO: Cooperação técnico-administrativa, para o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia.  
VIGÊNCIA: 5 anos, a partir da data de sua publicação.  
DATA DA ASSINATURA: 14/02/2014  
ASSINAM: WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA  
Ministério Público do Estado da Bahia

Procurador-Geral de Justiça

**ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**  
Município de Salvador  
Prefeito

**JORGE KHOURY HEDAYE**  
Município de Salvador  
Secretário Municipal de Educação

### RESUMO

TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE BALCÕES DE JUSTIÇA E CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR.

OBJETO: Estabelecer diretrizes para a implementação de unidades de mediação do Projeto Balcão de Justiça e Cidadania, no Município de Salvador.

Ofício nº 30 / 14

Salvador, 20 de março de 2014

A Sua Ex<sup>a</sup> o Senhor  
Dr. **MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL**  
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia

Senhor Procurador-Geral

Cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, encaminho 01 (uma) via original do Convênio de Cooperação Técnico-Administrativa celebrado entre esse Ministério Público e o Município de Salvador, juntamente com as cópias do seu Resumo publicado no Diário Oficial de 28/ 02 a 06/03, e da disposição da pedagoga **Cristiana Pinto Neves** em 25/02/ 2014.

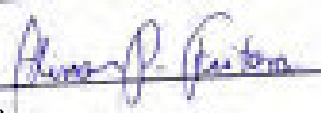
Atenciosamente,

  
**JOAO INACIO RIBEIRO ROMA NETO**  
Chefe de Gabinete

Coordenação do CUA da Criança e do Adolescente

Recebido em 20 / 03 / 2014

Às 15:22 HS.

  
Funcionário (a)



Secretaria da  
Educação



Salvador, 17 de março de 2014

Of. nº. 0274/2014

Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Número **003.0.49924/2014** Original  
Data 18/3/2014 Hora 15:16  
Qt. Vol. Recebido por: bianca.campos

Ao Senhor

**Dr. Márcio José Cordeiro Fahel**

Procurador-Geral de Justiça


Ministério Público do Estado da Bahia

Senhor Procurador,

Encaminhamos fotocópia do **Termo de Cooperação Técnico-Administrativa** devidamente assinado, que tem como objetivos estabelecer e viabilizar o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude, com a cessão de uma Servidora Municipal.

Colocamo-nos a disposição para o êxito dessa parceria e, oportunamente, desejamos sucesso para a sua gestão a frente do MPE.

Respeitosamente,

  
**Jorge Khoury**  
Secretário



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE SALVADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva**, e o **MUNICÍPIO DE SALVADOR**, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ nº 13.927801/0001 49, com sede na Praça Municipal, s/n, Palácio Thomé de Souza, Centro, Salvador- Ba e a Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ nº 13.927801/000006 53, com sede à Rua Parque Solar de Boa Vista de Brotas, Engenho Velho da Federação CEP.:40.240.640, Salvador- Ba, neste ato representados pelo Prefeito **Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto** e pelo Secretário Municipal de Educação, **Jorge Khoury Hedaye**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convênientes, para o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia e cumprir o preceituado nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, as quais exigem a presença do profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização, subscrição dos relatórios de inspeção das unidades de acolhimento e congêneres e dos centros de atendimento socioeducativos, bem como nas demais áreas específicas que demandem medidas extrajudiciais em educação.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O servidor do Município do Salvador cedido por este convênio deverá desempenhar atividades no exercício do seu próprio cargo, conforme dispõe art. 10 da Lei Complementar nº 36/04.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

9.

9.

9.



## CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, 14 de março de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DA BAHIA  
**Wellington César Lima e Silva**  
Procurador-Geral de Justiça

MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA  
**Antônio Carlos Peixoto de  
Magalhães Neto**  
Prefeito

MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA  
**Jorge Kholly Hedaye**  
Secretário Municipal de Educação

1ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



fixados em ato de Secretária Municipal da Fazenda ensejará a cobrança do valor total, quando houver side estabelecida redução.

### SEÇÃO III Das Disposições Especiais

Art. 12. Nas hipóteses de enquadramento na estimativa em caráter individual, o contribuinte poderá impugnar ou recorrer do valor estimado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência da Notificação de Lançamento, na forma e condições estabelecidas em ato do Secretário Municipal da Fazenda.

Parágrafo único. Considera-se de caráter individual a estimativa fixada previamente por prazo definido, com base em elementos apurados junto ao contribuinte.

Art. 13. A impugnação ou recurso contra o enquadramento no regime de estimativa não suspende a exigibilidade do crédito tributário, devendo ser recolhido o valor que o contribuinte regular devido.

§ 1º Na hipótese de intendermente parcial ou total da impugnação, o contribuinte deverá receber a diferença do valor do imposto no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência da decisão.

§ 2º O não pagamento do imposto no prazo do § 1º ensejará a sua inscrição em Dívida ativa, sem prejuízo de outras sanções, caso o contribuinte seja submetido à ação fiscal.

### CAPÍTULO II Das Disposições Finais

Art. 14. Estão excluídos do regime de estimativa, os contribuintes enquadrados como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Simples Nacional, instituído pela Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, salvo na que se referir ao cumprimento de obrigações acessórias, em especial à emissão de documento fiscal determinada pela Administração Tributária.

Art. 15. A Secretaria Municipal da Fazenda estabelecerá, por intermédio de Instrução Normativa, procedimentos e orientações necessários à aplicação deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 13.611, de 13 de maio de 2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**  
Prefeito

**JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**MAURO RICARDO MACHADO COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETOS SIMPLES

### DECRETOS de 24 de fevereiro de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA PIRES para exercer o cargo em comissão de Secretário de Gabinete, Grau 51, da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza e esbôço, a pedido, do mesmo cargo, JOELSON SANTANA DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo 046/2014 – SMED,

RESOLVE:

Colocar a disposição de Ministério Público do Estado da Bahia, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica, até 31/12/2014, a servidora **CRISTIANA PINTO NEVES**, matrícula 078198, lotada Secretaria Municipal da Educação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

## GABINETE DO PREFEITO - GABP

Superintendência de Políticas para as Mulheres - SPM

### PORTARIA Nº 10/2014

A SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 12, inciso I, alínea k, do regimento interno da SPM, aprovado pelo Decreto nº 15.537, de 07/03/2005, alterado pelo Decreto nº 13.519, de 03 de julho de 2008 e pelo Decreto nº 19.689, de 18 de março de 2009.

RESOLVE:

Designar a servidora Vânia Lucia Passos Silva, matrícula nº 109, secretária administrativa, grau 41,

para responder cumulativamente pela Função de Confiança de Chefe de Setor de Gestão de Materiais e Patrimônio, grau 63 da Superintendência de Políticas para as Mulheres, em substituição a titular Ana Lúcia Nascimento dos Santos, matrícula 95, no período de 06/03/2014 a 04/04/2014, por motivo de licença prêmio.

GABINETE DA SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, em 24 de fevereiro de 2014.

**MÔNICA MARCIA KALILE PASSOS**  
Superintendente

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGMS

### PORTARIA Nº 015/2014

A PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar, a partir de 04/03/2014, o servidor CLAUDIONOR ALVES CERQUEIRA, mat. 495, para substituir CREUZA DA SILVA CRUZ, mat. 22898, na função de confiança de Encarregado, grau 61, da CAB/PGMS, durante o afastamento da titular por motivo de férias.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**  
Procuradora-Geral

### PORTARIA Nº 016/2014

A PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar, a partir de 04/03/2014, a servidora BINALVA CÂNDIDA SANTOS, mat. 810841, para substituir MARIA DA ANUNCIAÇÃO SANTOS SOUZA, mat. 810048, na função de confiança de chefe do setor de Jurisprudência, Legislação e Publicações Jurídicas, grau 43, desta PGMS, durante o afastamento da titular, por motivo de férias.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**  
Procuradora-Geral

### RETIFICAÇÃO

Na portaria 058/2013, publicada no DOM de 14/09/2013.

ONDE SE LÊ: ELIENE NEVES PAIVA DE OLIVEIRA

LEIA-SE: ELIENE NEVES PAIVA DE ARAÚJO

## SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

### PORTARIA Nº 026/2014

Republicada por ter saído incompleta  
No DOM de 22 a 24/02/2014

Aprova o Reforço de Cota Financeira referente ao mês de fevereiro de 2014 para os órgãos e entidades da PMS.

O Secretário Municipal da Fazenda do Município do Salvador no uso de suas atribuições, com fundamento no Art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2008, combinado com o Art. 4º do Decreto 24.734 de 14 de Janeiro de 2014

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar Reforço de Cota Financeira do Gabinete do Vice-Prefeito, da SMS e da SUCOP, nas fontes e valores indicados no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DO SALVADOR, em 19 de fevereiro de 2014

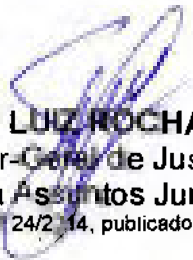
**MAURO RICARDO MACHADO COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda



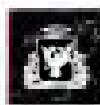
**DESPACHO**

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, para conhecimento e adoção das providências necessárias.

Em 20/03/2014.

  
**GEDER LUIZ ROCHA GOMES**  
Procurador-Geral de Justiça Adjunto  
Para Assuntos Jurídicos  
(Ato de Delegação nº 24/2014, publicado no DJe de 17/03/2014)





... e, em caso de não pagamento, a cobrança do valor total, quando houver sido estabelecida redução;

### SEÇÃO III Das Disposições Especiais

Art. 17. Nas situações de enquadramento na estimativa em caráter individual, o contribuinte poderá impugnar ou recorrer do valor assumido no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência da Notificação de Lançamento, na forma e condições estabelecidas em ato do Secretário Municipal da Fazenda.

Parágrafo único. Considera-se de caráter individual a estimativa fixada previamente em ato do autor, com base em elementos apreendidos junto ao contribuinte.

Art. 18. O contribuinte que recorre contra o enquadramento no regime de estimativa em caráter individual, deverá apresentar recurso ao Juízo de Direito da Fazenda Municipal, devendo ser recolhido o valor da contribuição impugnada.

Art. 19. O contribuinte que impugnar parcial ou total a impugnação da contribuição, deverá apresentar recurso ao Juízo de Direito da Fazenda Municipal no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência da decisão.

Art. 20. O contribuinte que impugnar a contribuição no prazo do § 1º ensejará a sua inscrição em Dívida Fiscal, a ser cobrada pelo Fisco, caso o contribuinte seja submetido à ação fiscal.

### CAPÍTULO III Das Disposições Finais

Art. 21. São excluídos do regime de estimativa, os contribuintes enquadrados como Empresas da Pequena Porte (EPP), quando optantes pela Regime Especial de Pagamento de Tributos e Contribuições - Simples Nacional instituído pela Lei nº 10.663, de 28 de dezembro de 2006, salva a que se referir ao cumprimento de obrigações fiscais em relação à emissão de documento fiscal determinada pela Administração Fiscal.

Art. 22. A Secretaria Municipal da Fazenda estabelecerá, por intermédio de Instrução Normativa, procedimentos e orientações necessários à aplicação deste Decreto.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 11.111 de 13 de maio de 2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

**ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**  
Prefeito

**JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**MAURO RIBEIRO MACNADO COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETOS SIMPLES

### DECRETOS de 24 de fevereiro de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º

Nomear JOSE ANTONIO DA SILVA PIRES para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal, de 51, de Secretaria Municipal da Primeira Ação Social e Combate à Pobreza e exonerar, no mesmo cargo, JOELSON SANTANA DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta de Processo 046/2014 - SMD,

Art. 2º

Nomear, em nome do Ministério Público do Estado da Bahia, nos termos do Conselho de Administração do Ministério Público do Estado da Bahia, a servidora CRISTIANA PINTO NEVES, matrícula 97814, para exercer o cargo de Secretária Municipal da Fazenda, em substituição a JOELSON SANTANA DA SILVA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, DO SALVADOR, em 24 de fevereiro de 2014.

## GABINETE DO PREFEITO - GABP

### Superintendência de Políticas para as Mulheres - SPM

### PORTARIA Nº 10/2014

A SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 12 inciso III da Lei nº 10.663, de 28 de dezembro de 2006, e o Art. 15.537 do Decreto nº 19.409, de 19 de março de 2014,

Art. 1º

Nomear, em nome do Município de Salvador, a servidora JOELSON SANTANA DA SILVA, matrícula 97814, para exercer o cargo de Secretária Municipal da Fazenda, em substituição a JOELSON SANTANA DA SILVA.

para responder conjuntamente pelo Fisco, a Contabilidade do Fisco da Fazenda Municipal e o Patrimônio, grau 63 da Superintendência de Políticas para as Mulheres, em substituição a Ana Lucia Nascimento dos Santos, matrícula 97814, para exercer o cargo de Secretária Municipal da Fazenda, em substituição a JOELSON SANTANA DA SILVA.

GABINETE DA SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, em 24 de fevereiro de 2014.

**MÔNICA MARCIA KALILE PASSOS**  
Superintendente

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGMS

### PORTARIA Nº 015/2014

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar, a partir de 06/03/2014, o servidor CLAUDIONOR ALVES FERREIRA, mat. 495, para substituir CREUZA DA SILVEIRA CRUZ, mat. 72899, na função de confiança de Entregador, grau 61 da CAD/PGMS, durante o afastamento do titular por motivo de férias.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 14 de fevereiro de 2014.

**LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**  
Procuradora-Geral

### PORTARIA Nº 016/2014

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar, a partir de 24/03/2014, o servidor CLAUDIONOR ALVES FERREIRA, mat. 495, para substituir MARIA DA ANUNCIACÃO SANTOS, mat. 72899, na função de confiança de chefe de setor de administração, grau 63 desta PGMS, durante o afastamento do titular por motivo de férias.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 14 de fevereiro de 2014.

**LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**  
Procuradora-Geral

## RETIFICAÇÃO

Na portaria 050/2013 publicada no DOM de 14/10/2013.

ONDE SE LÊ ELIENE NEVES PAIVA DE OLIVEIRA

LEIA SE ELIENE NEVES PAIVA DE OLIVEIRA

## SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

### PORTARIA Nº 026/2014

República por ter sido incompleta.

No DOM de 22 a 26/02/2014.

Art. 1º. Retirar, de 24 de fevereiro de 2014, a Portaria nº 015/2014, publicada no DOM de 22 a 26/02/2014, que nomeia a servidora JOELSON SANTANA DA SILVA, matrícula 97814, para exercer o cargo de Secretária Municipal da Fazenda, em substituição a JOELSON SANTANA DA SILVA.

O Secretário Municipal da Fazenda do Município do Salvador, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, combinada com o Art. 2º do Decreto nº 19.409 de 19 de março de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Roteiro de Cota Financeira do Gabinete do Vice-Prefeito da SPM e do SPM, a partir dos valores indicados na Anexo desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DO SALVADOR, em 19 de fevereiro de 2014.

**MAURO RIBEIRO MACNADO COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda

Salvador, 02 de dezembro de 2013.

**URGENTE**

**Ofício nº506/2013**

SIMP nº 003.0.157788/2011 e nº 003.0.14114/2012

Exmo Sr.

**Dr. Marcio José Cordeiro Fahel**

D.D. Chefe de Gabinete

**NESTA**

Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradoria-Geral de Justiça

Numero: **003.0.243829/2013** Original

Data: 3/12/2013 Hora: 09:31

Qt.Vol Recebido por: daniela oliveira


Senhor Chefe de Gabinete,

Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa. a elaboração de minuta de Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, a ser celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e a Secretária Municipal de Educação, que terá por objeto a cessão da servidora municipal **Cristiana Pinto Neves**, matrícula nº 878.190, Coordenadora Pedagógica I, para exercer as seguintes atividades:

1. prestar apoio técnico à 5ª Promotoria de Infância e Juventude, com atribuição na área de educação;
2. atuar em fiscalizações a Unidades de Acolhimento Institucional e a Unidades de medidas Socioeducativas, de forma a se dar cumprimento ao preceituado nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, as quais exigem a presença deste profissional na equipe de fiscalização, subscrição dos relatórios de inspeção dos abrigos e dos centros de atendimento.

Outrossim, ressa-to ser de conhecimento do Exmo. Sr. Dr. Procurador-geral de Justiça deste Estado a cessão da referida pedagoga, o que foi objeto de tratativas efetivadas diretamente ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Educação, Dr. Jorge Khoury Hedaye.

Na oportunidade reafirmo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração e apreço.

  
**Elisna Elena Portela Biazzi**  
**Promotora de Justiça**  
**Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente**



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE SALVADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva**, e o **MUNICÍPIO DE SALVADOR**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ nº 13.927801/000006 53, com sede à Rua Parque Solar de Boa Vista de Brotas, Engenho Velho da Federação CEP: 40.240.640, Salvador- Ba, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **Jorge Khoury Hedaye**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia e cumprir o preceituado nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, as quais exigem a presença do profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização, subscrição dos relatórios de inspeção das unidades de acolhimento e congêneres e dos centros de atendimento socioeducativos, bem como nas demais áreas específicas que demandem medidas extrajudiciais em educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

Pelo **MUNICÍPIO** de **SALVADOR-BA**:

- Colocar à disposição 01 (um) servidor do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Salvador, formado em pedagogia, para prestar serviços pedagógicos da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia, notadamente no que se refere às fiscalizações das unidades de acolhimento institucional e das unidades de medidas socioeducativas, incluindo a elaboração de relatórios de inspeção dos referidos estabelecimentos, tendo em vista o quanto disposto nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, que exigem a presença de profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização e subscrição dos relatórios de inspeção dos abrigos e dos centros de atendimento.

Pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

- Manter, ainda que por substituição, providas as vagas de sua representação no Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia.
- Promover, no âmbito das Promotorias de Infância e Juventude, a execução das atividades inerentes às funções institucional e constitucional do Ministério Público.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Os custos operacionais referentes ao objeto deste Convênio serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias:

#### **MINISTÉRIO PÚBLICO:**

- a) se compatível, a gratificação pelo Exercício Funcional em Regime de Tempo integral e Dedicção Exclusiva - RTI, ou por Condições Especiais de Trabalho- CET a ser paga ao servidor mencionado na cláusula anterior, através da atividade nº 200 - Administração de Pessoal e Encargos;
- b) pagamento de diárias, na eventual necessidade de deslocamento do servidor, para implementação das ações do presente Convênio, através da atividade nº 2000 Manutenção dos Serviços Técnico e Administrativos;
- c) concessão de auxílio-alimentação aos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2013 - Auxílios Transporte e alimentação aos Servidores e Empregados Públicos."

#### **MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA**

- a) concessão de auxílio-transporte aos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2013 - Auxílios Transporte e Alimentação aos servidores e Empregados Públicos;
- b) Pagamento das demais parcelas referentes aos vencimentos e outras vantagens pessoais dos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2001 Administração de Pessoal e Encargos.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VEDAÇÃO**

É vedada a indicação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito Municipal e respectivos Secretários Municipais, para a vaga a que se refere este Termo.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

As obrigações ora assumidas não acarretam qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

Este acordo terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

As adições ou variações em qualquer cláusula, para modificar total ou parcialmente este Convênio, exceto quanto ao seu objeto, serão formalizadas, mediante consentimento mútuo, através de Termos Aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado a qualquer tempo, sendo, na segunda hipótese, obrigatória a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Poderá, ainda, ser rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, ou quando houver fato ou disposição legal que o torne material ou formalmente inexecutável.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**





Fica eleito o foro da comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DA BAHIA  
**Wellington César Lima e Silva**  
Procurador-Geral de Justiça

MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA  
**Jorge Khoury Hedaye**  
Secretário Municipal de Educação

1ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



07  
un

**ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**Ref.: Acordo de Cooperação Técnica - Município de Salvador  
Simp: 003.0.243829/2013**

**D E S P A C H O**

De ordem, encaminho o expediente à Assessoria Técnico-Jurídica, acompanhado da minuta de Acordo de Cooperação Técnica elaborada por esta Unidade e aquiescida pela Unidade interessada, para análise e manifestação.

Em seguida, à Superintendência de Gestão Administrativa, para deliberação acerca da viabilidade de celebração do ajuste.

Salvador, 10 de dezembro de 2013.

**Cilmo Xavier Cedro Filho**  
Assistente Técnico- Administrativo  
Matrícula [REDACTED]

**PROCEDIMENTO Nº. 003.0.243829/2013 - PGJ**

**INTERESSADO: GRUPO DE TRABALHO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**ASSUNTO: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**EMENTA:** MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE APOIO PSICOSSOCIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. REQUISITOS DO ART. 171 E 174, LEI ESTADUAL 9.433/05. PELO DEFERIMENTO.

**PARECER Nº. 865/2013**

1. Trata-se de minuta de Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Salvador, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, **com a finalidade de viabilizar o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude deste Parquet**, com vigência de 5 (dois) anos, admitida sua prorrogação.

2. No Instrumento sob análise foram fixadas as cláusulas essenciais e caracterizado o objeto, além de registradas as condições, obrigações das partes, a vigência e a forma rescisória, na forma dos artigos 171 e 174 da Lei Estadual 9.433/05.

3. Considerando que foram obedecidas as prescrições legais e, caso a Procuradoria-Geral de Justiça entenda que há interesse administrativo no objeto do acordo, **esta Assessoria Jurídica é favorável à celebração da avença, com a necessária observância do disposto no art. 173 do supracitado diploma legal, aprovando a minuta ora encaminhada.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 16 de dezembro de 2013.

  
Bel<sup>a</sup>. Caroline Santana Silva  
Assessor Técnico-Jurídico  
Matrícula 



DESPACHO

Acolho o Parecer nº 865/2013 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, referente ao Termo de Cooperação Técnica a ser pactuado entre esta Instituição e o Município de Salvador, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com o propósito de viabilizar o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude deste Ministério Público. Encaminhe-se o presente expediente à Central de Contratos e Convênios, para conhecimento e providências.

Em 17 / 12 / 15

**Maria Lúcia Dutra Cintra**  
Superintendente de Gestão Administrativa

**SGA**  
Apoio Técnico e Administrativo





## DESPACHO

Encaminhe-se a minuta do Convênio de Cooperação Técnica, a ser celebrada com a Secretaria de Educação do Município de Salvador, para à Assessoria Técnico-Jurídico da Superintendência, a fim de dar-lhe ciência das alterações efetivadas pela Procuradoria-Geral do Município do Salvador, com posterior encaminhamento, em havendo anuência às alterações referidas, ao Gabinete do Exmo. Procurador-Geral, visando a assinatura do Termo.

Salvador, 10 de fevereiro de 2014.

**Eliana Elena Portela Bleizi**  
**Promotora de Justiça**  
**Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente**





MUNICÍPIO DO SALVADOR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES

PROCESSO N.º 36/2014 - SMED  
INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
ASSUNTO: ANÁLISE DE MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PARCER n.º 23/2014 - COREP

Temos em presentes autos a minuta do Convênio de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Município de Salvador e o Ministério Público do Estado da Bahia, com o fito de propiciar cooperação técnica-administrativa entre os dois para o desenvolvimento da atividade de Gestão do Conselho de Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia.

Essa espécie de contrato prevê-se por se tratar de um dos instrumentos de que se utiliza o poder público para estabelecer relações com outras entidades públicas, que sejam entidades próprias, públicas ou não do Poder Público.

Diferentemente dos contratos, este prevê-se em hipóteses das partes que divergem e projetos, interesses, ou planos de trabalho, podendo também ocorrer, em alguns casos, quando se somam, dando lugar a um novo plano de trabalho. No contrato, uma das partes pretende o bem, a prestação de serviço, a entrega de alguma coisa, a realização de obra, a locação de um bem, a realização de uma prestação de serviço, a comunicação ou outra vantagem. Já no convênio, ambas as partes têm as pretensões e os interesses de natureza semelhante, variando apenas a distribuição entre si, no sentido de ser a finalidade de cada um para a realização do mesmo objetivo, com a cooperação mútua e a ação conjunta.

Na hipótese de **HELY LOPES MEIRELES**, consideramos que o convênio não se caracteriza como uma forma de organização de qualquer espécie, em virtude da natureza jurídica da relação jurídica existente entre as partes, a qual se caracteriza por ser de natureza de interesse comum das partes.

**MARIA SYLVIA ZANELLA DE PIETRO**, por seu turno, busca analisar alguns aspectos jurídicos do convênio, destacando o contrato. Segundo esta, a diferença entre os entes convencionantes têm objetivos institucionais comuns e se buscam, por meio do convênio, para a realização, os participantes do convênio têm competências institucionais comuns, o resultado da cooperação é um resultado comum, que serão usufruídos por todos. Isso caracteriza a relação colaborativa, em virtude de





para a SEMED, órgão responsável pela elaboração da folha de pagamento de pessoal.


Adicionalmente, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Salvador, art. 32, V, a SEMED, entidade de direito público, instrumento deverá ser assinado pelo Chefe do Executivo Municipal, com a assinatura do Secretário Municipal de Educação.

Após análise da minuta proposta, de 06/02/2014, com as sugestões elencadas neste parecer, entendendo-se que a celebração do Convênio de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Salvador e a MP/BA, Poder do Estado da Bahia para disponibilização de servidores para atuação no Serviço de Apoio Psicossocial da Prefeitura Municipal, não se trata de ato administrativo relacionado a execução finalidade da SEMED, na forma do estabelecido no art. 10 da Lei Complementar 368/2004, ao final, o presente parecer é favorável ao projeto.

Saliente-se, todavia, que, uma vez celebrado o Convênio, deve-se observar com base em fundamentação da área técnica se o servidor a ser disponibilizado estará no exercício de seu próprio cargo, bem como respeitar o quanto previsto no Decreto Municipal nº 13.741/2013, submetendo-se previamente ao Prefeito desta capital as análises concretas de disponibilização de servidores desta Municipalidade para o juízo de desrecrutamento do Chefe da Executiva Municipal.

Em 06/02/2014


Salvador, 06 de fevereiro de 2014.

  
Luciana Barth Balazeiro  
Procuradora do Município  
Coordenadora das Representações

At: Gabinete/PGMS.

Com o parecer.

Em 06/02/2014.

  
Luciana Barth Balazeiro  
Procuradora do Município  
Coordenadora das Representações

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE SALVADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva**, e o **MUNICÍPIO DE SALVADOR**, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ nº 13.927801/0001 49, com sede na Praça Municipal, s/n, Palácio Thomé de Souza, Centro, Salvador- Ba e a Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ nº 13.927801/000006 53, com sede à Rua Parque Solar de Boa Vista de Brotas, Engenho Velho da Federação CEP: 40.240.640, Salvador- Ba, neste ato representados pelo Prefeito **Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto** e pelo Secretário Municipal de Educação, **Jorge Khoury Hedaye**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento do Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia e cumprir o preceituado nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, as quais exigem a presença do profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização, subscrição dos relatórios de inspeção das unidades de acolhimento e congêneres e dos centros de atendimento socioeducativos, bem como nas demais áreas específicas que demandem medidas extrajudiciais em educação.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O servidor do Município do Salvador cedido por este convênio deverá desempenhar atividades no exercício do seu próprio cargo, conforme dispõe art. 10 da Lei Complementar nº 36/04.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**



Pelo MUNICÍPIO de SALVADOR-BA:

- Colocar à disposição 01 (um) servidor do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Salvador, formado em pedagogia, para prestar serviços pedagógicos da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia, notadamente no que se refere às fiscalizações das unidades de acolhimento institucional e das unidades de medidas socioeducativas, incluindo a elaboração de relatórios de inspeção dos referidos estabelecimentos, tendo em vista o quanto disposto nas Resoluções nº 67 e 84 do CNMP, que exigem a presença de profissional formado em pedagogia na equipe de fiscalização e subscrição dos relatórios de inspeção dos abrigos e dos centros de atendimento.

Pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

- Manter, ainda que por substituição, providas as vagas de sua representação no Serviço de Apoio Psicossocial da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia.
- Promover, no âmbito das Promotorias de Infância e Juventude, a execução das atividades inerentes às funções institucional e constitucional do Ministério Público.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Os custos operacionais referentes ao objeto deste Convênio serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias:

#### **MINISTÉRIO PÚBLICO:**

- a) se compatível, a gratificação pelo Exercício Funcional em Regime; de Tempo integral e Dedicção Exclusiva - RTI, ou por Condições Especiais de Trabalho- CET, a ser paga ao servidor mencionado na cláusula anterior, através da atividade nº 2001 - Administração de Pessoal e Encargos;
- b) pagamento de diárias, na eventual necessidade de deslocamento do servidor, para implementação das ações do presente Convênio, através da atividade nº 2000 - Manutenção dos Serviços Técnico e Administrativos;
- c) **concessão de auxílio-alimentação** aos técnicos mencionados na cláusula anterior, sem necessidade de ressarcimento pelo Município de Salvador, através da atividade nº 2013 - "Auxílios Transporte e alimentação aos Servidores e Empregados Públicos".

#### **MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA**

- a) **concessão de auxílio-transporte** aos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2013 - "Auxílios Transporte e Alimentação aos servidores e Empregados Públicos".



b) Pagamento das demais parcelas referentes aos vencimentos e outras vantagens pessoais dos técnicos mencionados na cláusula anterior, através da atividade nº 2001 - Administração de Pessoal e Encargos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VEDAÇÃO**

É vedada a indicação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito Municipal e respectivos Secretários Municipais, para a vaga a que se refere este Termo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

As obrigações ora assumidas não acarretam qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

Este acordo terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

As adições ou variações em qualquer cláusula, para modificar total ou parcialmente este Convênio, exceto quanto ao seu objeto, serão formalizadas, mediante consentimento mútuo, através de Termos Aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado a qualquer tempo, sendo, na segunda hipótese, obrigatória a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Poderá, ainda, ser rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, ou quando houver fato ou disposição legal que o torne material ou formalmente inexecutável.



## CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DA BAHIA  
**Wellington César Lima e Silva**  
Procurador-Geral de Justiça

MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA  
**Antônio Carlos Peixoto de  
Magalhães Neto**  
Prefeito

MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA  
**Jorge Khoury Hedaye**  
Secretário Municipal de Educação

1ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2ª Testemunha:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



Ref.: Procedimento nº 003.0.243829/2013

**DESPACHO**

- Com relação à nova minuta de Termo de Cooperação submetida à análise desta Assessoria Técnico-Jurídica, por motivo de alteração do Preâmbulo e da Cláusula Terceira, alínea c, bem como do acréscimo do Parágrafo Único da Cláusula Primeira, ratifica-se o teor do Parecer nº 865/2013.

Em 11 de fevereiro de 2014.

**Belª. Caroline Santana Silva**  
**Assessor Técnico-Jurídico**  
Matrícula [REDACTED]



Ref. Protocolo nº 003.0.243829/2013

**DESPACHO**

- Autorizado;
- encaminhe-se à Central de Contratos e Convênios para adoção das providências necessárias, confeccionando, inclusive, o adequado instrumento relativo à cessão de servidor;
- após, retorne-se para publicação.

Em 05/12/2013

**MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



**ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CDNVÊNIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**Ref.: Termo de Cooperação Técnica – Município  
de Salvador**

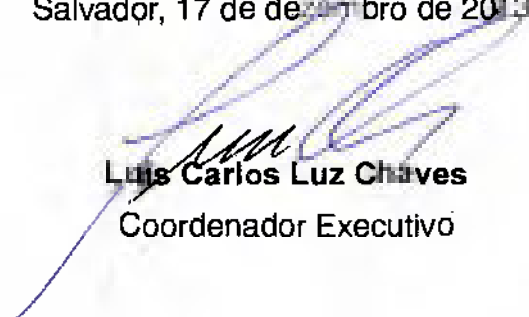
**Protocolo SIMP nº 003.0.243829/2013**

**DESPACHO**

Considerando a devida instrução do expediente, remete-se à Coordenação do CAOCA, para que seja promovida a interlocução necessária para a coleta de assinaturas pelo representante do Município de Salvador.

Cumprida a diligência supra referida, solicita-se a devolução do procedimento à Central de Contratos e Convênios, para fins de subscrição pelo Excelentíssimo Dr. Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de Justiça, e demais providências cabíveis.

Salvador, 17 de dezembro de 2013.



**Luis Carlos Luz Chaves**  
Coordenador Executivo